



António Cardoso ⁽¹⁾
Manuel Carlos Silva ⁽²⁾

Crise e impactos da crise em espaços rurais: o caso de uma aldeia do noroeste de Portugal

Resumo:

Portugal, sofrendo por razões internas e externas impactos da crise de 2008, solicitou em 2011 assistência financeira à *Troika* (FMI/BCE/UE). Os portugueses conheceram falências de empresas, cortes de salários e pensões, aumento do desemprego e precariedade, dificuldades no pagamento de prestações de casa. Portugal, apesar dos severos programas de austeridade e da saída formal da *Troika*, não conseguiu diminuir a dívida pública.

Neste texto, após uma breve revisão dos modelos de desenvolvimento, focalizaremos a atenção nos impactos da crise em espaço rural, tomando como caso ilustrativo as estratégias dos moradores de uma freguesia de Durrães do concelho de Barcelos, de modo a reduzir os danos da crise.

Palavras-chave: crise, (sub)desenvolvimento, pobreza, estratégias sobrevivência, Minho.

⁽¹⁾ Área Científica Educação&Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Viana do Castelo; CICS.Nova.UMinho; Email: antoniocardoso@esa.ipvc.pt

⁽²⁾ Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova_UMinho), Universidade do Minho; Email: mcsilva2008@gmail.com

Crisis and crisis impacts on the inhabitants in the rural space: the case of a northwest village of Portugal

Abstract: Portugal, suffering for endogenous reasons and external impacts of the crisis of 2008, requested in 2011 financial assistance to Troika (FMIBCEUE). The Portuguese met bankruptcies of companies, salaries and pensions cuts, rising unemployment and job insecurity, difficulties in paying the house. Portugal, despite the severe austerity programs and formal exit of the Troika failed to reduce the public debt.

In this text, after a brief revisitation of the development models, we will focus attention on the impact of the crisis in rural areas, taking as illustrative case the strategies of the residents of a parish in the municipality of Barcelos, Braga, to reduce the damages of the crisis.

Keywords: crisis, (under) development, poverty, survival strategies, Minho

1. Introdução: o problema

Portugal, apesar dos avanços realizados nas últimas décadas, nomeadamente no pós 25 de Abril, manteve-se um país semiperiférico, cujas causas exógenas e endógenas remontam ao passado mas ainda se refletem hoje em dia e bloqueiam o seu desenvolvimento. Apesar da saída formal da *Troika*, Portugal ainda se encontra sob o garrote das condições da *Troika* e dos interesses económico-financeiros que lhe subjazem. As receitas do programa de alegado ajustamento passam pelas seguintes medidas: (i) estabilização das contas públicas à custa de austeridade sobre os camadas mais pobres e desprotegidas (idosos, pensionistas), forte diminuição de salários das classes trabalhadores não só as menos qualificadas como as mais qualificadas e incorretamente designadas classes médias; (ii) contrarreforma das leis laborais sobretudo a flexibilização e facilitação dos despedimentos; (iii) (re)privatização de empresas públicas, particularmente as mais rentáveis e deterioração do meio ambiente; (iv) crescente dependência alimentar e desregulação das atividades económicas e liberalização quase total dos mercados de capitais e do comércio (OMC); (v) descentralização de serviços e desconstrução do Estado Social e dos direitos adquiridos ao longo de décadas, atribuindo a privados funções do Estado designadamente no campo da saúde e no ensino. Estas receitas aplicadas à Grécia e a

Portugal já foram aplicadas a outros países nos anos 80 e 90 nomeadamente na América Latina³, levando o Tribunal Internacional dos Povos em 1993 em Tóquio a condenar estas políticas.

Em 2007-08 fomos confrontados com o colapso de mercados financeiros nos Estados Unidos, nomeadamente na falência da *Lehman Brothers* que, na Europa, viria a repercutir-se não só na emergência da bolha imobiliária e na falência de diversos bancos como numa penosa e dolorosa contraparte das dívidas soberanas. Vários países, para além da transferência de dinheiros públicos na banca, viram-se na iminência de solicitar a intervenção da chamada *Troika*: FMI, União Europeia e Banco Central Europeu. Portugal está economicamente vulnerável e não consegue fazer face ao problema, sendo obrigado *in extremis*, perante problemas agudos de insolvência, solicitar assistência financeira à conhecida *Troika* (FMI, BCE e EU). Mas qual o significado e as implicações deste pedido de ‘ajuda’?

A justificação do modelo de ‘ajuda’ foi feita em ambos os casos em base da razoabilidade, da possibilidade de implementação em tempo útil e do interesse mútuo dos países dadores e dos receptores da ajuda, neste caso do interesse superior da coesão da União Europeia e sustentabilidade do euro. Mas será mesmo assim? Ou não teremos de recorrer de novo aos outros instrumentos teóricos e interpretativos de modo a problematizar e desmistificar o conceito de ajuda?

As primeiras pedras do esquema de ajuda foram lançadas pelos Estados Unidos, primeiro, em direção aos aliados europeus com o Plano Marshall (1947-52) e, seguidamente, no quadro do processo de descolonização, por parte das potências (neo)colonizadoras (Grã-Bretanha, Holanda, França) e, sobretudo, mais uma vez pelos Estados Unidos em direção à Ásia e à África por razões económicas de expansão, a par de outras ideológicas perante a então URSS.

Tal como nos anos do pós guerra e de novo nos anos ‘70 e ’80 do século XX havia países com excedentes agro-pecuários e, mais recentemente, parte desses países centrais são excedentários em moeda/capital financeiro, nomeadamente os bancos de países nórdicos e centrais da Europa com Alemanha à cabeça, cuja estratégia passa pela exportação de capital a juros elevados mas desfavoráveis aos países (semi)periféricos.

³ As repercussões e sintomas se fizeram no Japão, na Rússia e na América Latina designadamente no México, no Brasil e, posteriormente, na Argentina e no Equador. A partir daí encontramos-nos perante uma situação caótica derivada do colapso de velhos equilíbrios, ainda que instáveis, até então existentes. O lugar de cada um é definido pelo nível de competitividade no mercado mundial, assim como da posição e do grau de controlo de capitais, recursos naturais, tecnológicos e militares ou meios de destruição maciça.

São, porém, largamente conhecidos os impactos desta intervenção: a transferência de dinheiros dos contribuintes para o capital privado (por exemplo, em Portugal, 5 000 milhões de euros para o BPN), o aumento da dívida pública e privada, a imposição de medidas de austeridade com fortes impactos nas vidas das pessoas, nomeadamente a baixa na procura e consumo de bens, diminuição do investimento e falências de empresas, nomeadamente em pequenas e médias, leiloamento da casa própria, cortes de salários e pensões, uma forte redução de poder de compra, o desemprego, amiúde sem qualquer proteção social, nomeadamente quando longo ou em sequência de trabalho precário, um progressivo ou mesmo abrupto empobrecimento. Se estes têm sido efeitos verificados em Portugal, em maior ou menor grau no seu todo, nomeadamente nos espaços urbanos, a questão que neste texto queremos indagar visa saber algo mais sobre as manifestações e impactos da crise em espaços rurais, nomeadamente numa aldeia minhota num contexto de minifúndio.

Os economistas convencionais tendem a esquecer que as crises, sobretudo em contextos já marcados por políticas centralista e de abandono do rural e, em particular do interior, têm uma dimensão regional, social e ecológica, conduzindo à desvitalização dos lugares. Elas têm conduzido e conduzirão a maiores desigualdades regionais e sociais, resultando numa dupla polarização: entre países e, no seio de cada um dos países, entre classes e grupos sociais. Além disso, os movimentos especulativos do capital financeiro, para além de provocarem desigualdades regionais e sociais, empreendem e permitem, não obstante as retóricas sobre o ecológico, a destruição progressiva dos ecossistemas e não respeitam a biodiversidade (fauna e flora).

Perante o atual cenário da crise global em curso e as interrogações que ele levanta, poderemos questionar-nos por que é que os problemas do desenvolvimento regional e local, interligados com outros como a segurança e bem-estar, o ambiente ou a qualidade de vida inquietam os cidadãos como uma questão vital nas sociedades contemporâneas, nomeadamente na Europa. Esta questão induz necessariamente a revisitar brevemente as principais correntes sobre desenvolvimento que, como veremos, apresentam diagnósticos e soluções bem diferentes. Seguidamente, após uma breve caracterização histórico e sociodemográfica de Durrães, ainda que a traço grosso, focalizaremos a atenção nos impactos da recente e atual crise no espaço rural, tomando como caso ilustrativo a população nesta freguesia periférica do concelho de Barcelos.

2.Desenvolvimento e bem-estar social em espaço rural: que posicionamentos?

Tal como já referimos noutro escrito (cf. Silva e Cardoso 2005:24), desenvolvimento é um conceito polissémico, podendo ser entendido (i) como crescimento económico, medido em função de determinados índices quantitativos em economias de escala (aumento do rendimento *per capita* ou do PIB); (ii) como desenvolvimento económico, avaliado por índices de crescimento económico e por transformações em vista melhor qualidade de vida (esperança de vida, qualidade de vida, prosperidade); (iii) como desenvolvimento social, apreciado em base de critérios sociais e humanos (diminuição da pobreza e exclusão social, bem estar e justiça social, grau de participação e democraticidade da sociedade).

Centrando-nos na questão do desenvolvimento rural local, somos cientes da política de abandono da agricultura que remonta aos anos oitenta, aquando dos acordos em torno da Política Agrícola Comum (PAC) e da claudicação do Governo português então liderado por Cavaco Silva no sentido de permitir a aceleração da entrada de produtos provindos de países do Norte e Centro Europeu empenhados em escoar os respetivos excedentes agropecuários, quando Portugal teria direito a um determinado tempo de alguns anos para modernização, ajustamento e adaptação ao novo quadro comunitário. Porém, a atitude de ‘bom aluno’ apostado a agradar aos parceiros europeus mais fortes a troco de avanço de fundos para implementação de infraestruturas, fundos sociais europeus, em parte esbanjados em benefício de alguns, induziu o governo de então a aceitar as condições de estagnação da agricultura com o estabelecimento de quotas leiteiras, abandono de certas produções devido aos excedentes europeus e incentivo a subsídios elevados por área independentemente da produção e criação de valor, enfim, ao abandono da produção e reforma precoce dos agricultores portugueses e sua substituição de produtores agrícolas por a de ‘guardiães da natureza’ e do ambiente e incentivo de programas de lazer e turismo rural no quadro da alegada multifuncionalidade do mundo rural. Todo este processo implicou, para além de abandono de produção agrícola por parte de inúmeros agricultores, a desafetação de espaços agrícolas e/ou florestais para outras atividades, provocando, sobretudo no interior do país, uma relativa desertificação.

Independentemente de os impactos desta política serem diferentes conforme os atores presentes, hoje temos uma maior e mais clara consciência dos efeitos negativos de uma política

agrícola numa agricultura pouco intensiva em capital e subordinada aos ditames da PAC desenhada à imagem dos interesses de países, nomeadamente da França.

Procurando dar uma breve síntese dos modelos de desenvolvimento, poder-se-á dizer que até aos anos sessenta do século XX era dominante a conceção liberal evolucionista e linear de que os países e as regiões subdesenvolvidas ou menos desenvolvidas deveriam crescer e pautar-se pelos critérios e padrões vigentes dos países desenvolvidos assentes no investimento privado, na lei da oferta e da procura, na lógica da competitividade e no pressuposto ideológico das vantagens comparativas nas trocas económicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esta conceção, sendo mormente defendida por economistas (vg Rostow 1964), teve fervorosos ideólogos inspiradores noutras ciências sociais, entre os quais cabe referir sociólogos como Hoselitz (1982) e sobretudo Parsons (1988) que, numa perspetiva evolucionista e linear, difusionista, assimilacionista e teleológica, arquitetou uma série de variáveis-padrão alternativas expressas em modos de orientação dos atores, umas próprias de uma comunidade (particularismo, *ascription*, orientação coletiva, difusidade de papéis, afetividade) *versus* sociedade (universalismo, *achievement*, autoorientação, especificidade de papéis, neutralidade afetiva).

A velha perspetiva liberal, para além de não resolver as contradições do sistema, tem evidenciado as suas inconsistências e fragilidades, mormente aquando da emergência de crises, desde o *crash* da bolsa e a depressão de 1929, que desencadeou uma outra perspetiva teórica corporizada em Keynes e, mais tarde, após a segunda guerra mundial, viria a ser designada de neoinstitucional (Myrdal 1974 e Seers 1977). Com efeito, estes autores, perante o impasse e a falência das propostas neoliberais, articulando a economia e ética, têm pugnado por uma planificação indicativa e pela intervenção reformadora do Estado para potenciar o pleno emprego através do investimento público nomeadamente na implementação de obras públicas e infraestruturas, potenciar a participação das populações, combater os privilégios de elites parasitárias e luxuosas, corrigir as distorções do mercado e reduzir a pobreza e, a nível internacional, diminuir o fosso das desigualdades entre os países e as regiões.

Já desde o século XIX as teorias liberais tiveram como principal e consistente crítica a perspetiva marxista (cf. Marx e Engels), a qual, partindo da teoria do valor do trabalho como único fator gerador de riqueza e o capital como o resultado de mais valias não pagas aos trabalhadores, viria a ter novos desenvolvimentos não só em torno do debate sobre o

imperialismo (Lenine 1971, Luxemburgo 1967) entendido como relação desigual entre países e regiões colonizadores e colonizados nos inícios do século XX, como posteriormente, desde os anos 50 com as teorias da dependência (cf. Prebish 1963, Furtado 1961, Frank 1961, 1979, Cardoso e Falleto 1970) e do centro-periferia (cf. Wallerstein 1990), aliás alicerçadas em estudos histórico-empíricos. Segundo estes autores, as causas do subdesenvolvimento dos países e regiões periféricas eram produto do desenvolvimento dos países do centro, sendo duas faces da mesma moeda ou, de modo mais preciso, do mesmo processo histórico desde o século XVI⁴.

Tendo em consideração, tal como referido por nós (Silva e Cardoso (2005:55), a falência do modelo neo-liberal, a inoperância do modelo neo-institucional no sentido de diminuir consideravelmente o fosso entre países e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas e a alegada utopia do modelo marxista, pelo menos a curto-médio prazo, vários autores (Stohr 1981, Bailly 1999) tendem a defender que, no âmbito da atual globalização, o mais apropriado e defensável é procurar potenciar o desenvolvimento local e, quanto muito, regional numa base territorialista e de equidade. Ou seja, tal como referem Reis (1994), Pérez-Yruela *et al.* (1994), Giménez (1996) e Villasante (1998), desde que estejam presentes determinados limiares de densidade demográfica, certa dimensão técnico-económica, institucional e humana e capacidade de gestão interna e negociação externa, é possível mobilizar atores individuais e coletivos (associações) para reduzir desigualdades, valorizar recursos endógenos e criar redes e potenciar um desenvolvimento sustentável pela base, quer em pequenas e médias cidades, quer em espaços rurais, ainda que não necessária nem totalmente agrícolas.

As diversas teorias, assim como os diversos diagnósticos, não são isentas de interesses das classes e outros grupos sociais, pelo que as soluções para os problemas em torno do desenvolvimento desigual entre países e regiões são igualmente diferentes, algumas delas antagónicas como a visão (neo)liberal *versus* a marxista. Enquanto a primeira desenvolvida pela teoria do crescimento e da modernização, perdendo a perspetiva histórica dos processos coloniais, não tem em conta a especificidade das economias e padrões culturais das sociedades não ocidentais, o modelo marxista e, em especial, a teoria da dependência e do centro-periferia,

⁴ A este respeito a tese da dependência de Frank e a do centro-periferia de Wallerstein, para além da réplica de teóricos (neo)liberais e da modernização, foram objeto de reparos críticos, no campo marxista, por Laclau (1971), Arrighi (1971) e Brenner (1977) por aqueles assumirem a estrutura colonial-mercantil como a base única e constante da reprodução da relação metrópole-satélites e descurem as diferenciadas estruturas de classes em diferentes países, a qual permite fornecer a explicação para fenómenos de sucesso ou fracasso na ‘descolagem’ de desenvolvimento.

apresenta uma dimensão histórica e um modelo fecundo de explicação das relações assimétricas entre países e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Porém, este último modelo apresenta uma perspectiva macro-económica e macro-sociológica de carácter teleológico e algo determinista, que subestima o nível microsociológico, o papel dos atores sociais e sua capacidade de transformação e eventuais configurações sociais resultantes da interdependência do jogo entre estrutura e ação coletiva, o que é potenciado por determinados ingredientes quer, em parte, da teoria neoinstitucional, quer sobretudo da abordagem territorialista, particularmente quando esta desenvolve um modelo agroecológico, tal como defendido por Sevilla-Guzmán (2003)⁵. Estas, não colocando em causa a natureza do Estado nem a economia de mercado, apenas permitem alterações graduais mas certamente importantes nas progressivas mudanças no sistema e na melhoria das condições de vida das populações. Por fim, as teorias de dependência e do centro-periferia e a eventual integração de elementos das teorias neoinstitucional e territorialista não se aplicam apenas a nível global mas também a nível nacional, regional e local, pelo que é pertinente e adequado tê-la em conta também no âmbito do desenvolvimento regional e local.

3. Durrães: breve retrato sobre população, economia e composição social

Durrães⁶ é uma freguesia periférica do concelho de Barcelos, fica situada no vale do rio Neiva na subregião do Baixo Minho e caracteriza-se, sobretudo, até aos anos oitenta, por uma agricultura predominantemente familiar com uma diversidade de culturas e, a partir de então, cada vez mais pluriactiva, vivendo da combinação da agricultura com ocupações na pequena e média indústria, no comércio e nos serviços.

Em relação a outras freguesias, Durrães possui desde finais do século XIX um importante ponto de comunicação: o apeadeiro na linha ferroviária Porto-Viana-Vigo, construído em 1887.

⁵ Segundo aquele autor, este modelo supõe, na sequência e renovação dos estudos camponeses, uma definição agroecológica do campesinato e uma crítica aberta e uma rutura do modelo produtivista do complexo agroindustrial reinante desde o século XIX e às sucessivas modalidades de desenvolvimento rural, implicando “a) *uma crescente utilização dos recursos internos e uma tendência para uma agricultura de baixos inputs; b) novas formas de cooperação entre agricultores; c) novas formas de pluriatividade; d) circuitos alternativos não mercantilizados; e) diversificação das produções para novos mercados; f) eficiência técnico-ambiental, geralmente com base na agricultura ecológica*”.

⁶ É uma freguesia situada no noroeste português, pertencente ao município de Barcelos e ao distrito de Braga, distando destas cidades 18 e 40 Km respetivamente. De acordo com a reorganização administrativa do território ocorrida em 2013 (Lei nº 11-A/2013 de 28 de Janeiro), Durrães faz agora parte da União de Freguesias de Durrães e Tregosa, com a área de 672,85 ha, no conjunto das duas freguesias.

Se se compara a situação atual com a dos anos sessenta, em Durrães verificaram-se, em termos globais, algumas melhorias infraestruturais em estradas, caminhos e nos acessos às estradas secundárias e outras de ordem socio-cultural como o Centro de Dia para Idosos e a Associação Casa do Povo com atividades culturais (vg teatro). Contudo, a freguesia ainda carece ou, pelo menos, tem um défice em infraestruturas públicas, principalmente a nível de saneamento básico e abastecimento de água canalizada ao domicílio, assim como outros equipamentos socioculturais (Cardoso, 2012).

Entre 1864 e 1960 a população residente de Durrães passou de 384 para 770, representando um saldo fisiológico positivo de 386. Voltando à situação após 1960, reunimos a informação que nos dá conta da evolução do número de agregados domésticos e de residentes em Durrães até 2011. De acordo com a Figura 1, a evolução demográfica aponta no sentido de se ter verificado uma ligeira quebra da população residente entre 1960 e 1970 que, particularmente afetada com uma diminuição dos homens em 30%, conheceu todavia no sexo feminino um ligeiro aumento de 4.5%, confirmando o padrão dominante de serem os homens a emigrar e as mulheres a ficarem na aldeia. Esta quebra demográfica viria contudo a ser recuperada, ao longo das décadas de setenta e sobretudo oitenta, devido não só ao anterior retorno de repatriados das ex-colónias mas também ao crescente regresso de emigrantes. O censo de 1991 (Figura 1) denota uma nova, embora ligeira, diminuição demográfica, provavelmente relacionada com o êxodo rural e a industrialização interna.

(INSERIR AQUI A FIGURA 1)

Comparando os resultados dos censos de 1991/2001 nota-se um novo aumento da população mas, desta vez, graças ao retorno de emigrantes aposentados e de algumas iniciativas ou projetos na pequena indústria e no comércio. Mesmo assim, Durrães constitui uma freguesia rural, em termos demográficos. A situação atualmente difere, pelo facto de os jovens, na sua maioria, terem de novo emigrado devido à crise desde 2008. Além disso, estamos perante uma tendência de envelhecimento da população.

Entre 1960 e 1991 verificou-se uma profunda mudança na estrutura social e económica da freguesia, podendo-se destacar: (i) a transição de uma agricultura policultural tradicional para uma agricultura pluriactiva com a subsequente quebra substancial de população ativa afeta

exclusivamente à agricultura; (ii) a continuidade e alterações nos padrões de diferenciação social sobretudo devido ao aumento e à diversificação de pessoas ocupadas em profissões não agrícolas, tanto na aldeia como fora dela, mas residindo na própria aldeia; (iii) uma notável mudança nos perfis escolares, a qual, embora se tenha mantido uma baixa escolaridade, implicou uma acentuada diminuição do analfabetismo e um relativo aumento da escolaridade básica, complementar e, ainda que em bastante menor escala, do ensino secundário e sobretudo superior; (iv) a alteração dos modos de vida, principalmente uma crescente feminização das tarefas agrícolas e não agrícolas e, em particular, consideráveis mudanças nos padrões de consumo.

Tal como a maioria das freguesias da grande parte das zonas rurais do país, Durrães sofre, sobretudo entre 1960 e 1980, um processo de desruralização e, a partir dos anos oitenta, o início de um processo de desagrarização, tal como o têm sofrido outros países, se bem que, em relação a Portugal, este processo se tenha iniciado mais tarde e mais lentamente⁷.

Até aos anos setenta, havia uma tendencial associação entre o modo de vida rural e a atividade agropecuária policultural. A economia era, assim, basicamente camponesa e tinha um cariz policultural, cultivando-se cereais (milho, centeio), legumes (feijão, tomate, alface), vinho, azeite e diversas espécies de fruta (maçã, pera, cereja, castanha). Na casa camponesa predominava a utilização de energia humana e de tração animal (lavradas e sementeiras, transporte de colheita e produções agrícolas). A par das atividades agropecuárias tradicionais, as economias rurais locais só admitiam atividades artesanais e alguns serviços com funções subalternas, subsidiárias ou complementares em relação à agricultura.

Se é certo que os criados e sobretudo os jornaleiros viviam em acentuada precariedade e insegurança em relação ao trabalho, para os demais as atividades agropecuárias e artesanais ocorriam num contexto de relativa autosuficiência económica e social, centrada na casa com habitação, coberto e pátio.

Em termos de comercialização de produtos agrícolas, com exceção dos poucos proprietários abastados e alguns poucos lavradores, a maior parte das casas consumia a totalidade dos bens aí produzidos ou, quando muito, vendiam, em pequena escala, algum produto agrícola.

⁷ A desruralização prende-se com o fenómeno de perda de população, em termos quantitativos, resultante do êxodo rural e dos fenómenos migratórios e, em termos qualitativos, da relativa desvalorização e perda de identidade e suas atividades tradicionais (agrícolas e artesanais). A desagrarização consiste no processo de decrescente dependência da população rural da atividade agrícola (cf. Hervieu 1995, García-Sanz 1999:44 ss).

Atualmente, ainda quando para uma pequena parte das famílias de Durrães a agricultura continua sendo uma atividade e alguma fonte de rendimento, ela é menor em termos de tempo dedicado. Sobretudo os aposentados e pensionistas idosos têm a sua principal fonte de rendimento nas reformas e pensões de invalidez nacionais ou, quando ex-emigrantes, estrangeiras. À tradicional policultura que absorvia a grande parte do tempo dos moradores sucede a pluriatividade e a diversificação ocupacional não só fora mas também dentro da própria aldeia. Esta diversificação ocupacional obedece a uma certa lógica de reprodução social. Enquanto os filhos de lavradores e outros moradores melhor posicionados económica e politicamente ou com sucesso em termos escolares obtiveram posições e profissões melhor remuneradas e prestigiadas (funcionários, professores), os filhos de jornaleiros, operários e camponeses mais pobres viram-se obrigados a assalariar-se em lugares laborais muito duros e com salários mais baixos nas fábricas e na construção civil, fenómeno já destacado por Silva (1998) e Sobral (1999), o qual se prende com um modelo agrário e de industrialização difusa.

Para comprovar as diferenças na composição social desta freguesia entre os anos sessenta e a atualidade, será necessário, apesar da persistência de certa “padronização” nos comportamentos e nas atitudes culturais dominantes na aldeia, dar conta dos principais grupos sociais aí presentes, distinguindo assim: (i) proprietários das referidas quintas; (ii) médios lavradores (2-10 ha); (iii) pequenos camponeses (0.05-2 ha), ao que se agrega o conjunto de pequenos arrendatários, artesãos, operários-camponeses (por exemplo, mineiros) e pequenos comerciantes, também eles, em geral, pequenos camponeses. Por fim, a estes se agrega (iv) um número não desprezável de jornaleiros e/ou camponeses pobres como formando um quarto grupo e (v) um pequeno número de criados/as, formando um quinto grupo. Em todo caso, a terra constituía o recurso mais importante e o fator-chave de ordenação e classificação dos grupos sociais então existentes.

Junto com os proprietários, também os lavradores assalariavam, de forma não permanente, os jornaleiros e os camponeses pobres perante os quais sentiam uma certa superioridade. E, quanto aos pequenos camponeses relativamente autónomos, estes situavam-se numa posição intermédia no tecido social local, demonstrando, por um lado, proximidade e compaixão em relação aos mais pobres e procurando, por outro, ser o menos dependentes possível dos mais abastados.

Em relação às posses de cada família no que concerne o património agrário e equipamento mecânico foi possível concluir que, por um lado 8%, geralmente jornaleiros, dos agregados

domésticos não possuía qualquer “palmo de terra” e um outro grupo de cerca de 88%, em que cada família possuía até 2 ha, era composto por pequenos rendeiros/camponeses e pequenos lavradores, enquanto que, por outro lado, existia uma minoria de 3 a 4% constituída por lavradores e proprietários abastados, que era detentora de um considerável património rústico, nomeadamente as “quintas” (Cardoso, 2012).

Hoje, ainda que a terra continue sendo o principal critério de estratificação social e de classificação dos respetivos grupos domésticos na pirâmide aldeã, vão-se sobrepondo outros recursos, particularmente os escolares, como bases de diferenciação e hierarquia social.

Outro aspeto relevante nas relações aldeãs é o crescente processo de forte rivalidade e competitividade entre as famílias: quer seja graças às remessas migratórias iniciais, os mais pobres de ‘antes’ já não precisavam dos demais, além da presença da ‘engrenagem’ cada vez maior com a envolvente economia de mercado. Nas últimas décadas foi conseguida uma melhoria das condições de vida pela grande maioria dos moradores de Durrães, permitindo-lhe não só o acesso a bens de consumo duráveis (automóvel, eletrodomésticos) como sobretudo a (re)construção das suas casas e a compra de terra, além de destacar o facto de ter mantido algumas pequenas empresas familiares já implantadas (padaria, têxtil, construção civil, oficinas de reparação de automóveis, supermercado e cafés).

Em relação às fontes de rendimento, enquanto nos anos sessenta e inclusive setenta a grande parte do rendimento provinha da agricultura e esta ocupava, a tempo inteiro, mais de 80% das famílias, já nos anos noventa a situação altera-se consideravelmente. Fixando a nossa atenção mais concretamente a nível de Durrães, os resultados sobre a fonte de rendimento dos diversos agregados familiares confirmam esta tendência de maneira acentuada desde os anos noventa. Nos inquéritos locais levados a cabo em 1990 (Cardoso, 2010), a percentagem de famílias exclusivamente dedicadas à agricultura era cerca de 25%. As restantes famílias viviam, portanto, da soma de várias atividades e rendimentos, predominando largamente os obtidos fora da agricultura. E, também quando assumiam a totalidade dos trabalhos agrícolas na exploração, 65% dependia da agricultura em menos de 50%. Desde então a situação mudou mais ainda no sentido de a principal fonte de rendimento ser de natureza extra-agrícola, resultado de pensões ou reformas e, sobretudo, salários de trabalho por conta de outrem. Na década de 2000 a principal fonte de rendimentos reside na atividade por conta de outrem e o correspondente salário fora da

agricultura, dependendo de pensões ou reformas cerca de um terço das casas, nomeadamente as pessoas idosas.

Em suma, a grande maioria dos residentes vive hoje da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas e/ou predominantemente de atividades e rendimentos retirados basicamente do sector industrial e, nomeadamente, da construção civil, dos viveiros de vides, dos sector do comércio e dos serviços, assim como também, em geral, vivem dos salários, dos rendimentos como pequenos empresários familiares ou patronais.

Quanto ao nível de escolaridade dos durrãesenses, nos anos sessenta, raros eram os adolescentes que prosseguiam estudos. A esmagadora maioria dos habitantes de Durrães era todavia iletrada e poucos eram os que sabiam ler e escrever e menos ainda os que tinham frequentado a escola básica. Graças à política de reformas educativas iniciadas por Veiga Simão no período final do marcelismo e prosseguidas nos sucessivos governos do pós-25 de Abril, constatou-se uma relativa explosão da escolaridade, repercutindo-se, sobretudo, nos escalões mais jovens, uma considerável redução do analfabetismo. Tal movimento, ainda que de modo mais lento, afetou também as comunidades rurais como Durrães, de modo que, os dados relativos à escolaridade obtidos entre 1990 e 2002, por inquérito local, mostram um progressivo aumento da escolaridade básica e secundária, passando na primeira de 53.3% para 63.3% e na segunda de 0.7% para 5.1%.

Dada a baixa escolaridade, a maior parte dos habitantes exerceram e exercem profissões pouco qualificadas que encaixam em funções emergentes num processo de industrialização difusa, pouco intensiva em capital e altamente intensiva em mão de obra.

4. A população de Durrães perante a crise

O primeiro impacto a relevar na vida da aldeia foi o desemprego⁸ que afetou diversas camadas sociais, desde os camponeses parciais em pluriatividade e do plurirrendimento, combinando diversas fontes de rendimento local, até aos assalariados dos sectores agrícola,

⁸ Colocada a questão ao pároco da freguesia relativamente ao modo como as populações têm sentido a crise nos últimos anos, este responde de modo aparentemente pouco informado: “não se tem sentido muito o desemprego... Tenho a sensação que Durrães já teve mais gente... será melhor perguntar ao presidente da Junta. Ouço...muito...aquele está pra fora...o outro está pra fora... nas Páscoas o abrir da porta tem diminuído...há casas vazias...isso sim, nota-se ...Se as casas estão vazias, se há pessoas emigradas, é surpreendente o raciocínio “preguiçoso” do pároco a dizer que “não há desemprego”.

secundário e terciário. Já desde os anos 60 e sobretudo 80 do século XX que a agricultura por si só deixara de ser fonte segura e suficiente de rendimento e sobrevivência, sobretudo desde a desvalorização da terra e dos produtos agrícolas, ficando abalada pela concorrência interna e sobretudo externa. A Política Agrícola Comum (PAC), que incentivara os produtores a abandonar a produção – os quais durante anos a fio não tiveram apoios reais à pequena agricultura –, viria a agravar a situação. Mas, para as famílias dos residentes assalariados em pequenas empresas da aldeia e arredores, a situação tornou-se dramática com o encerramento ou falência de empresas, o que foi testemunhado por um dos moradores afetados, também ele pequeno patrão com pequena empresa de pinturas:

“Sim, aqui em Durrães, a AMS, a maior empresa local de construção civil, que empregava bastante gente daqui, faliu, o que complicou a vida das pessoas na aldeia. Mas para além desta maior, outras pequenas desapareceram como a minha. Foi quase tudo à vida... emigraram... porque não tinham meios nem procura... Uns já estavam com mais idade e reformaram-se, outros com mais sangue na guelra emigraram. O chamado trolha foi à vida...emigrou. Antes ganhavam 150 contos (750 euros)... Hoje com 100 contos (500 euros) é quantos queira... (E2).

E, questionados os moradores entrevistados se teriam aberto entretanto outras empresas noutros sectores, as respostas foram díspares. Para alguns poucos (ACPE3, JDPE4) fecharam umas empresas mas criaram-se em compensação outras, não havendo situações extremas de pobreza: “Pessoas a passar mal? Não vejo muitas. Quando se fala de crise, é mais dos grandes aglomerados e não tanto nas aldeias. As pessoas das aldeias não sofreram tanto na pele a crise como aqueles que vivem nas grandes cidades” (E4).

E, para um outro:

“Durrães sentiu a crise, perdeu população mas penso que já está a recuperar... Já se vê mais grávidas, mais nascimentos... os artista de pedra, embora alguns tenham falecido, estão aí ou reformados ou com muito trabalho, além de alguns mais novos... Sim, há grandes empresas como a AMS que desapareceu, mas deu lugar a meia dúzia de pequeninos... foram criadas essas pequenas empresas, algumas delas aqui em Durrães. E quanto à pequena agricultura, tudo continua na mesma, para consumo próprio, havendo ainda a referir os dois empresários viveiristas também dão emprego embora temporário (E5).

Para a maioria, porém, não se abriram empresas dignas desse nome, para além da falta de capacidade de uma das empresas já existentes:

“Surgiu uma ou outra mas não como empresa autónoma mas que faz serviço para outra empresa têxtil, mas tudo residual. De facto, não houve criação de novas empresas... Por exemplo, a *Vianense* que já está cá antes da crise... o seu responsável não é um empreendedor na realidade, ele tem pano pra mangas..., é comerciante... mas falta-lhe raciocínio de futuro...parou no tempo. Em

10 anos já teve 4 ou 5 engenheiros...ninguém lá para... as pessoas lá choram... falta de dinamismo...ele é muito complicativo...trata mal as funcionárias... ainda está naquele tempo antigo... Tem só uma dúzia de empregados, quando já devia de ter crescido para 100 empregados. (E6).

Questionado o presidente em que medida considera que os moradores sentiram os efeitos da crise, ele respondeu nos seguintes termos:

“No fundo não vejo crise, não noto...sim houve alguns jovens (uma enfermeira, uma engenheira), casais jovens que tinham a casa hipotecada e até alguns artistas que emigraram e estabeleceram lá empresas com dezenas de empregados e vêm aí a mostrar os seus brutos carros (vg. SCFA), mas aqui não se nota a crise. Aos domingos estou aqui na terra e vou aos cafés e está tudo cheinho... à semana não estão aqui porque estão a trabalhar... e não ouço ninguém a queixar-se ou com motivo de queixa... a não ser as cinco famílias que pediram apoio social do RSI mas não o receberam, pois basta ter uma terra em nome deles, assim como as pessoas velhinhas que recebem reformas muito baixas de 100, 200 euros... Mas os artesãos e trolhas de cá, uns aposentaram-se e foram trabalhar para a pequena agricultura, outros foram para outros sítios (Guimarães, Famalicão) e outros ainda continuam por aí. Criaram-se, pelo menos, umas três a quatro pequenas empresas: construção civil, prestação de serviços, nomeadamente no turismo e algumas pequenas têxteis que fazem serviço para outras...” (E7).

Os cada vez menos habitantes de Durrães persistem todavia em manter uma estratégia de sobrevivência e resistência à crise, que consiste em manter atividades que lhes dá alguma fonte de rendimento em natureza, como sejam batatas, legumes e vinha: “Sabe, continuo por cá a schar batatas, a plantar legumes, a cortar umas árvores ou a podar a vinha, porque sempre serve para a nossa alimentação em casa e, se possível, vender algum vinho” (E8).

Uma das consequências da crise, sobretudo para quem detinha pequenos pedaços de terrenos, foi um maior aproveitamento dos mesmos para efeitos produtivos, convertendo terrenos até então incultos em terrenos produtivos, tal como refere um dos moradores:

“Houve algumas mudanças. O que estava por cultivar ou de *montulo* ou silvas, passou a ter outra função: agricultura. As pessoas adaptaram-se às circunstâncias e às necessidades. As pessoas ficaram um pouco mais humildes... Quem ganhava 150 contos, hoje ganha 500 euros ou menos e satisfaz as suas necessidades, apesar das despesas serem maiores. Mas há uma reconversão dos métodos antigos, foram renovados em que a calça, em vez de ser de marca, vai uma da feira; a nível de consumo atende-se à oferta do comércio, das grandes superfícies, está-se mais atento às promoções de preços... Hoje vai-se fazer um peditório para uma festa, aquela gente que dantes dava 50 euros passou a dar 20 ou 10 euros. No fundo é um conjunto de coisinhas mínimas mas que se fez ali o ajuste para se sobreviver. Ou seja, as pessoas aproveitam todas as oportunidades, a nível local. Fazem agricultura mas se aparece um biscate vão fazer. Tudo se aceita... não como dantes ...que não se fazia pelas batatas ... Pensava-se assim... eu com 50 euros compro muitas batatas. São tudo isto a ajudas para a sobrevivência... toda a gente agora faz a leirinha... a gente pode ver agora como os quintais estão trabalhados.. É uma questão de espreitar. A gente da cidade não percebe bem isto...mas é assim. (E9).

Porém, sempre que possível e houver força de trabalho disponível na casa e houver mercado de trabalho, as pessoas no ativo e em idade de trabalhar procuram complementar o rendimento familiar com trabalhos nos sectores secundário e terciário, amiúde nas poucas fábricas e no sector terciário: funcionalismo público, nomeadamente na Câmara, em escolas, no comércio e noutros serviços, nomeadamente de limpeza em edifícios ou em casas particulares ou ainda em serviços de geriatria e higienização de pessoas idosas a domicílio. Assim, um grupo de mulheres sai diariamente de comboio para as cidades de Barcelos e/ou Viana do Castelo ou noutras freguesias circunvizinhas, seja para trabalhar todo o dia, sejam algumas horas por dia, nos referidos serviços, o que, sobretudo relativamente a cuidados com os idosos, é uma atividade de desgaste contínuo, tal como desabafa uma das entrevistadas:

“Porque isto de tratar do velho, limpar-lhe o rabo todos os dias e virá-lo é desgastante, põe as pessoas loucas... alguns até não se sujeitam e dizem... estou agora eu pra limpar o cu a velhos? ...Há muita gente que ainda vê o Centro de Dia ou o Lar como um coisa para pessoas que não têm princípios... Há pessoas que têm um certo orgulho, em alguns casos, de conservar os pais ou um deles em casa... pagam a uma senhora...e evitam se puderem ir para o lar ou centro de dia...” (E10)

Porém, se pessoas no ativo e sobretudo os mais idosos se mantêm na aldeia, os mais jovens e mesmo outros com 40 e 50 anos, não tendo um trabalho regular, têm saído da aldeia, como referido. Com efeito, um dos traços mais salientes da situação na freguesia de Durrães é uma nova fuga relativamente maciça de residentes para o exterior. Questionado um dos moradores sobre como se sentem as pessoas perante a crise ou que é que elas têm feito para fazer face a esta crise, ele responde:

“O que digo é apenas uma opinião... Nesta travessia do “túnel” a emigração foi mais uma vez uma bengala de sustento ou de ajuda para ultrapassar a crise...que ainda não terminou...Estou a falar essencialmente de Durrães, embora vá conhecendo também outras terras parecidas... Se reparar, a estas horas temos aqui meia dúzia de carros neste estacionamento em frente do café. E isto pode ser muito enganador... porque às 20/21h não fica aqui nem cão nem gato...não há café...Não há jovens... A juventude não está cá... emigrou... e também saiu gente de meia idade...gente já casada, com família... já com dois e três filhinhos e que normalmente levaram a família, não só para países europeus como para outros mais longínquos...” (E1).

Esta mesma perspetiva é partilhada por FE10, outro pequeno empresário familiar:

“Sobre a crise depende da classe que estamos a falar...Tenho clientes de fora em Bonaire, uma ilha da Venezuela, mas procuram-nos porque a mão de obra aqui é barata...Há pouco desemprego, porque, salvo 4 ou 5 que já têm mais de 50 anos, os desempregados pura e simplesmente saíram e foram bem mais de 50 pessoas. Antes, você via as mulheres empregadas ir ao café, hoje já não é assim... Elas andam a esgravetar...se calhar a cultivar uma leirinha onde tem lá cebolo, feijão

verde... tudo por uma questão de sobrevivência... As pessoas que ficaram foram-se adaptando às necessidades e circunstâncias... e hoje agarram-se a qualquer coisa...”

A nível de casas novas, estagnou. Estamos numa fase de restaurações, recuperações e reconstruções de casas, que acabam por ser para os pedreiros porque o betão parou (a não ser a do meu filho...), de resto parou. Hoje não há um aprendiz... hoje a escola profissional acabou... Por exemplo, os meus filhos, eu é que lhes estou a dar a profissionalização... prática, teórica não, eles lá se desenrascam... Este governo deu cabo disto tudo, as pequenas empresas desapareceram (os C, o JR, o BG, os M), mas também as grandes empresas... o AMS, os Estaleiros de Viana. Por detrás destas empresas havia muito serviço extra...

Houve muitas famílias, sobretudo jovens casais, que emigraram porque tinham nos anos 2000-2002, um tempo do crédito fácil e juro bonificado, chegaram a construir cerca de 35 ‘lindas casas’ (com brutas cozinhas, casas de banho, garagens e respetivos carros), acabando uns quatro ou cinco por as perder ao ser executadas e outros que conseguiram ainda aguentar as hipotecas pela baixa do juro e pela emigração e salvá-las. Alguns eram meus clientes, eu estava a pressentir que isto podia dar para torto... Custa-me pensar, mas esta gente gozou comigo noutros tempos... porque me viam como um escravo... porque eu era o que queria enriquecer... “ (E11)

LM, estudioso da árvore genealógica das famílias de Durrães, foi outro morador que se prestou a caracterizar os impactos da crise sobre a população de Durrães:

“Temos de distinguir os reformados, os tipos de reformados e os que estão no ativo. Há os reformados ligados à emigração e esses pouco sentiram e os reformados de cá que têm reformas muito baixas e que têm a agricultura (milho, vinha, legumes) como complemento. E há ainda reformados com reformas melhores, mas têm sido muito penalizados pelos impostos e cortes... Há um grupo de famílias de classe baixa que pela primeira vez foram auxiliadas... em Durrães (por exemplo, pela entrega de cabazes pela Junta pelo Natal ou o arranjo da habitação pela Segurança Social, embora tal tenha sido feito com falcaturas, no passado, anos 90, porque a baixa qualidade da obra não condizia com o dinheiro recebido e a carga da Junta.

Quanto às pessoas que trabalham, as que contraíram empréstimos viveram momentos de autêntica angústia e, para além do desemprego na têxtil e obras (o encerramento da grande empresa de construção AMS foi horrível para Durrães!), houve alteração das leis laborais em que as horas extra antigamente pagas em que recebiam entre 100 a 180 euros mais, passaram a ser consideradas em banco de horas, sendo convertidas em férias ou tempo livre. As únicas famílias que não sentem tantas dificuldades são as famílias que foram ou continuam a ser emigrantes. Nunca houve tantas casas à venda e não há quem as compre nem mesmo os emigrantes. A festa do padroeiro S. Lourenço anda muito mais pobre na parte musical ou de entretenimento. O que ainda persiste e tem sido bastante bom é o Centro de Dia para os idosos e a Associação na Casa do Povo, onde existe a Universidade Sénior e o GEN, o Grupo de Teatro mas que só funciona uma a duas vezes por ano.

As pessoas adaptaram-se, mas há também muita revolta porque as pessoas estavam habituadas a um determinado padrão... Essa revolta manifesta-se nas conversas. Discute-se hoje de forma mais agressiva... fala-se de uma forma agressiva contra o governo...” (E12).

No que concerne as estratégias migratórias são reativadas as relações de interconhecimento de conterrâneos ou outros recursos relacionais que, nomeadamente ao longo do percurso emigratório no estrangeiro, foram construindo e que, nestas situações de aperto, são convocadas,

tal como refere um dos parentes de um dos emigrantes recentes: “Os que saem têm referências de amigos, de parentes... Não é como antes, já vai com alguma segurança” (E13).

Por outro lado, o presente surto emigratório diferencia-se do anterior pelo tipo de emigrantes e pelos seus objetivos que diferem bastante dos velhos emigrantes dos anos ‘60 e ‘70, tal como é retratado por um dos entrevistados:

“Agora é diferente dos anos 60, 70 e 80. Agora os que saem vão com os olhos mais abertos...com mais categoria e mais saberes... É gente mais instruída em comparação com antigamente. E até algumas pessoas sabem falar línguas...Mas é ainda muito diferente de antes por outro aspeto... Antes o emigrante antigo ia mas levava saudades disto. Vinha de férias e levava toda a gente à festa nos seus carros.. Agora os que saem não têm saudades disto... saem sem saudade. A grande maioria leva filhos e esposa... embora não partem todos ao mesmo tempo. Primeiro sai ele e depois vai esposa e filhos.” (E14).

E como refere APCE12:

“Aqui deve haver meia dúzia de casais e talvez mais de meia dúzia de jovens que arrancaram... por sua própria iniciativa... E outros com os filhos ou até netos. Eles vão para Suíça, França, Espanha e Alemanha, mas eles quando vão daqui já têm contatos lá, há empresários portugueses lá que os recebem, pois têm lá firmas... e a maior parte deles é assim que fazem” (E15).

Para além da fuga considerável de pessoas, a escassez de recursos provocou também outros efeitos tais como conflitos geracionais e conflitos intrafamiliares ou mesmo conjugais, desembocando inclusive em divórcios.

“Hoje as pessoas estão mais desprendidas do local...e a alguns não correu bem a vida...divorciaram-se. Nestes quatro a cinco anos tem divórcios sem paralelo, gente jovem...devido á crise. O divórcio nesta juventude não tem a ver com “novas experiências “ etc... não se trata de “pôr os cornos...” ... Casais que se davam bem, de repente separam-se. No fundo são as tensões na base da crise, do desemprego.” (E1).

Questionados os entrevistados sobre se os laços de solidariedade na aldeia e, particularmente na família, aumentaram ou diminuíram, em relação ao passado, as respostas foram diferenciadas ou até opostas e contraditórias: enquanto uns consideram que as solidariedades se mantêm (“a mim dá-me a impressão que na aldeia ...solidariedade houve sempre. Olhe...é capaz de estar igual que antes”), outros, nomeadamente no quadro da recente crise, consideram que se agudizaram alguns conflitos intrafamiliares como o caso de N., cujos cunhados não se entenderam sobre as partilhas à morte do sogro:

“Olhe, hoje há saturação entre familiares... Há casos em que nas heranças há um dos filhos ou filhas que tratou mais dos pais, está preso ou presa nesse compromisso... o de tratar de manhã, de dia e à noite, ao sábado e ao domingo... ele ou ela pode muitas vezes não ver reconhecido pelos outros

irmãos essa situação...e isso gera tantos conflitos... sem necessidade. Ouve-se...pois.. “mas está lá mamar”... Mas sabemos que isso se torna uma prisão, que ninguém valoriza, eu percebo as queixas das pessoas que cuidam dos pais” (E16).

A crise foi severa, mas não há convergência sobre o grau de severidade da crise e seus efeitos e sobretudo na perspetiva e horizonte da sua superação. Assim, enquanto uns entrevistados acentuam os efeitos perduráveis de devastação económica, social e cultural, outros salientam as capacidades de enfrentamento suscetíveis de minorar substancialmente os seus efeitos negativos. Segundos os primeiros, a severidade da crise viria a afetar sobretudo os habitantes que tinham contraído empréstimo para construir ou reconstruir uma casa ou comprar uma nova. A este respeito é de registar como ilustrativos não só os casos das famílias mais pobres e com menos recursos que se viram forçados a combinar várias estratégias de sobrevivência como pessoas mais qualificadas, por exemplo, um professor que viu o seu contrato terminado pelo facto de o colégio onde lecionava ter encerrado, pondo em causa o pagamento das prestações da casa, cujo orçamento de 200 000 euros teria sido feito na expectativa de manutenção do contrato por tempo indeterminado: “Contraí um empréstimo ao banco, porque tinha um ordenado razoável, com dignidade. Entretanto, o colégio faliu e fiquei desempregado, fui para o desemprego” (professor), o que, segundo um outro morador, tal afetaria igualmente o estatuto do próprio professor: “Com a crise esse professor perdeu pau e bola...E o estatuto? Isso é terrível, é de uma humilhação tremenda! Isso é pior do que ser trolha...” (E17).

Por outro lado, também as pessoas que viram o seu ordenado diminuído, sentem uma espécie de ‘pobreza envergonhada’. Por exemplo, um outro caso de um professor de escola pública que, mesmo quando não tenha perdido o posto de trabalho, viu o seu rendimento consideravelmente reduzido: “Ganhava 1250 euros e passou a ganhar 850. Aqueles 400 de diferença mais outros 400 ou 500 euros no rendimento da mulher representa 900 a 1000 euros. Ora isso dava antes para pagar ao banco” (E17).

De resto, esta redução de salários de pessoas qualificadas ou de retração de atividades nomeadamente na construção repercute-se noutras profissões como trolhas, pintores, tal como refere um destes:

“Eu senti na pele essa situação, porque precisamente era a classe média de Durrães e doutras freguesias vizinhas quem mais trabalho me dava porque a pintura da casa era a última coisa a fazer na construção da casa...Isto para explicar que “falharam-me” os professores e os funcionários públicos, porque não tinham dinheiro e porque o Estado roubou-lhes parte através dos cortes ... e,

por consequência, não se pinta a casa nem se faz uma obrinha, não se substitui a porta... Ou seja, nós apanhamos por tabela. E quem diz pintores diz outras profissões...” (E2)

A estratégia emigratória, mesmo que temporária, foi, segundo MACP, a tábua de salvação de muitas famílias, nomeadamente jovens que tinham prédios e sobretudo casas hipotecadas, as quais, segundo MACP, não foram vendidas ou leiloadas, evidenciando a resiliência determinada e criativa face à crise:

“Para mim há dois fatores que explicam a capacidade de as pessoas terem sabido enfrentar a crise a nível familiar: o primeiro foi a emigração. As pessoas saem, voltam... estão lá 3 a 4 meses, as que estão mais próximas vêm cá de cada dois meses...ou até cada mês, porque hoje as viagens de avião facilitam... Emigraram os jovens. Certamente que as associações estão mais fragilizadas derivado a isso... Mas as pessoas foram ao encontro de trabalho... Aqui não se ouve falar que alguém perdesse um bem...as pessoas aguentaram... o interessante ver é que as pessoas foram à luta. E não perderam aquilo que tinham... eu tenho quase a certeza que estão a conseguir...Acho que as pessoas que tiveram que sair estão a desenrascar-se bem...” (E18).

Há ainda um segundo fator mas relativo aos que cá ficaram e que também se têm desenrascado...Sabe porquê? Porque aqui no nosso meio, na nossa terra... as pessoas que têm alguns recursos e que tinham poupanças de reserva, deram obras, pequenas obras, arranjo de casas, com preços mais baixos, deram obra a fazer... investem na sua casa... pois é porque o têm de reserva e permitem-se gastar...Ora bem, estamos a falar talvez de meia dúzia de pessoas... Você está a ver? São agora 16h, você não vê aqui ninguém, está tudo a trabalhar”...

Se uma parcela considerável de moradores emigraram, outros ficaram, mantendo uma grande capacidade de resiliência. Por exemplo, FC & filhos, trabalhando com o pai, como serralheiros, comentam: “Não saímos... preferimos estar perto da família e amigos...Para já vamos aguentando por aqui... muitos tiveram que sair porque não havia trabalho”

5. Algumas conclusões

A lógica de acumulação e expansão do capital não é sinónimo de desenvolvimento. A atual crise é uma crise provocada pelas contradições da estrutura e dinâmica do capitalismo, cujos custos recaem sobre as classes trabalhadoras e outras camadas mais vulneráveis como os moradores rurais, sobretudo os mais pobres. Tal igualmente se verificou em Portugal, em que a maioria da população sofreu os seus efeitos.

As respostas dadas são resultantes dos modelos de crescimento e/ou desenvolvimento apontadas: enquanto a teoria do crescimento identifica(va), em termos positivos e otimistas, progresso com crescimento e as teorias neoinstitucionais pugna(va)m por programas de reformas sociais para colmatar as deficiências das teorias do crescimento e da modernização, uma terceira

posição – a (neo)marxista – equaciona(va) o progresso em termos de mudança revolucionária, única via de realizar plenamente a democracia económica e política, o que significa enquadrar os problemas de desenvolvimento num contexto histórico e político.

Embora em fase de certa indefinição e ambiguidade, vários autores têm avançado, em contraposição ou complementaridade, o chamado modelo territorialista ou de desenvolvimento local, que se pretende como proposta alternativa aos demais modelos. Se uma perspetiva do desenvolvimento local desligada do contexto global é hoje não só impensável como ilusória, a conceção centrada na teoria do centro-periferia e da dependência contém contornos de determinação a partir do exterior que é suscetível de desembocar numa certa posição expectante e, não raro, objetivamente fatalista, ainda que crítica, face à possibilidade de diminuir, em particular nalgumas sociedades atuais, certas assimetrias, graus de pobreza e exclusão a nível mundial, nacional, regional e local. Talvez a resposta mais adequada passe por uma articulação da teoria do centro-periferia e do modelo territorialista ou de desenvolvimento local. Porém, dado que não verificamos no caso de Durrães uma resposta ou ação coletiva mas uma série de estratégias familistas de diversa ordem, nomeadamente pela fuga para a emigração como 'solução' mais adequada a problemas sociais urgentes e, em particular, como modo de fazer face à espada da hipoteca sobre as suas respetivas casas, pôde constatar-se uma denodada persistência e capacidade de resiliência na utilização de estratégias críticas, mesmo que à custa de inúmeros sacrifícios, a fim de minorar os danos da crise, evitar uma profunda devastação dos seus modos de vida e alcançar os seus objetivos de sobrevivência e até de melhorar nalguns casos as suas vidas.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni (1971), “The Relationship between the Colonial and the Class Structures: A Critique of A.G. Frank's Theory of the Development of Underdevelopment” in *International Symposium on Imperialism - Its Place in Social Science Today*, Dinamarca, Elsinore.

BAILLY, Antoine (1999), “Le developpement local: un choix de société” in C. Cavaco (org) *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

BRENNER, R. (1977), “The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo Smithian Marxism” in *New Left Review*, 104.

- CARDOSO; António (2012), *Território e Desenvolvimento. Populações no concelho de Barcelos (1960-2011)*. V.N. Famalicão: Húmus/Universidade do Minho.
- CARDOSO, António (2010), "Migrações e trajetos de vida (1960-1990): um estudo de caso" in *Revista de Estudos Regionais*, II Série, 4: 107-130, Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo (1970), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro:Zahar Editores.
- FRANK, André Gunder (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FRANK, André Gunder (1979), *A acumulação mundial, 1492-1789*, Lisboa: Editorial Estampa (em inglês: *World Accumulation 1492-1789*, Nova Iorque: Monthly Review Press e Londres: Macmillan, 1978).
- FURTADO, Celso (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro:Fundo de Cultura.
- GARCÍA-SANZ, Benjamin (1999), *La sociedad rural ante el siglo XXI*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, Estudios 125, Madrid.
- GIMÉNEZ, M. del M. G. (1996), "La red social como elemento clave del desarrollo local: el caso de los programas Leader de Castilla y León", in *Actas III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- HERVIEU, B. (1995), "El espacio rural europeo entre la ruptura y el desarrollo" in *Hacia un nuevo sistema rural*, Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, estudio 99.
- HOSELITZ, B. F. (1982 [1953]), "Estrutura social e crescimento económico" in A. Figueiredo e C. Costa, *Do subdesenvolvimento*, Porto: Afrontamento, pp. 291-305.
- LACLAU, Ernesto (1971), "Feudalism and Capitalism in Latin America" in *New Left Review*, 67:19-38.
- LENINE, Vladimir (1971), *Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, Lisboa: Nosso Tempo.
- LUXEMBURG, Rosa (1967), *La acumulación del capital*, México: Grijaldo.
- MYRDAL, Gunnar (1974[1957]), *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.
- PARSONS, Talcott (1988[1951]), *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

- PÉREZ-YRUELA et al. (1994), “Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teoricas”, in *Fórum*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER)
- PREBISCH, Raúl (1963), *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- REIS, José (1994), “O desenvolvimento local é possível?” in M.B. Moreira (org), *O desenvolvimento local é possível?* Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp 3-16.
- ROSTOW, Walt W. (1964[1960]), *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro: Zahar Editores (em espanhol: Las etapas del crecimiento económico, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960).
- SEERS, Dudley (1969), “The meaning of Development” in *International Development Review*, vol II:2-6.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo (2003), “El desarrollo rural de la “otra modernidad”: elementos para recampesinizar la agricultura desde la agroecología” in J. Encina, M.A. Ávila, M. Fernandez y M. Rosa (coords), *Práxis participativas desde el medio rural*: pp. 89-116, Madrid: IEPALA Editorial CIMAS.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto:Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2005), “O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento” in M.C.Silva, A.P.Marques, R.Cabecinhas (orgs), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais. Perspectivas teóricas e estudos de caso*, Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia e Inovação à Leitura.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente numa aldeia da Beira*, Lisboa: ICS, Universidade de Lisboa.
- STÖHR, W. (1981), “Development from Below: The Bottom-up and Periphery – Inward Development Paradigm” in W. Stöhr e D. Taylor (orgs), *Development from Above or Below?*, Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- VILLASANTE, Tomás (1998), *Quatro redes para melhor-vivir, I e II*, Buenos Aires: Editorial Lúmen-Humanitas.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1990), “Culture as Ideological Battleground of the Modern World-System” in M. Featherstone (org), *Global Culture*:31-56, Londres:Sage.

YRUELA, Manuel Pérez e GUERRERO, Maria del Mar G. (1994), “Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teóricas” in M. B. Moreira (org.), *O desenvolvimento local é possível?:* 44-86, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

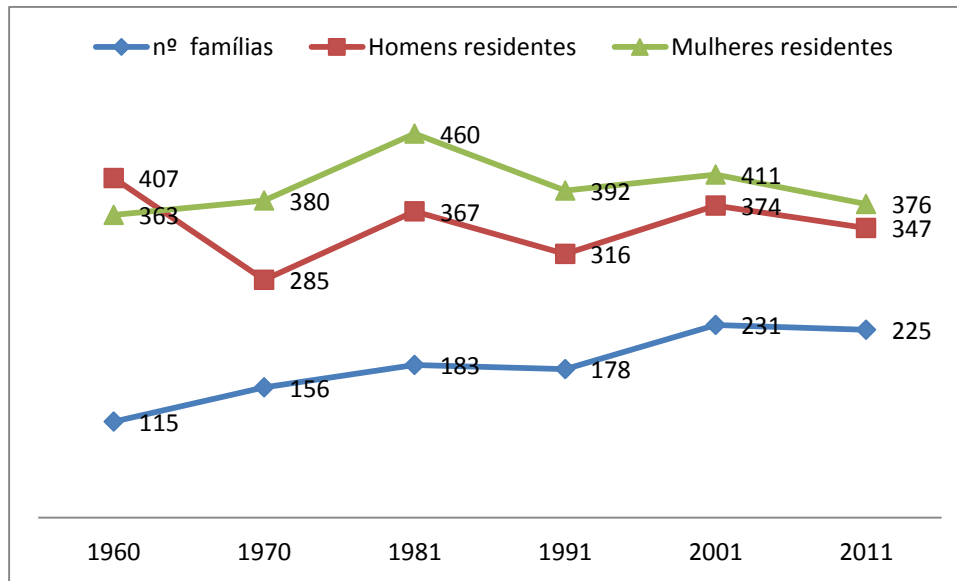


Figura 1: Durrães: famílias e população residente (1960-2011)

Fonte: INE, Recenseamentos populacionais, 1960, 1970, 1981 e 1991, 2001 e 2011